

R E S E N H A

COELHO, Fabiano; LEITE, Eudes; PERLI, Fernando
(Org.). *História: O que é, quanto vale, para que serve?* São
Paulo: Letra e Voz, 2021.

DEFENDER A IMPORTÂNCIA
DA HISTÓRIA EM
TEMPOS DE CRISE

GUSTAVO BALBUENO DE ALMEIDA
Universidade Federal da Grande Dourados
Dourados | Mato Grosso do Sul | Brasil
gustavobalbueno@hotmail.com
orcid.org/0000-0002-8988-2569

Para nós, historiadores de ofício, é redundante afirmar que nos últimos anos a História corre sérios riscos, devido a ataques sofridos de setores da sociedade ligadas, principalmente à ultradireita conservadora brasileira, e também internacional. Neste sentido, a disciplina se vê envolvida na grande crise política que envolve o Brasil desde, ao menos, o ano de 2013, quando os protestos que se tornaram conhecidos como “Jornadas de Junho” deram início a uma série de eventos que desembocariam no *impeachment* da presidenta Dilma Roussef, ocorrido em 2016, e a eleição de Jair Bolsonaro à presidência, em 2018. A figura deste político se tornou uma espécie de centro de reunião para inúmeras pessoas que compartilhavam um sentimento antipetista, que gradativamente misturou-se a uma capa de patriotismo e deu início a uma polarização que as eleições de 2022 não apenas não encerraram, como viram sua acentuação, o que sugere sua extensão para os anos seguintes.

E dentre os diversos discursos construídos por esse grupo em seu enfrentamento ao “sistema” brasileiro, a História foi um dos alvos escolhidos para constar em suas críticas. Nesse sentido, a disciplina e seus profissionais são creditados como manipuladores de informação, agentes de má-fé, que propositalmente criariam análises fraudulentas que coadunariam com o poder corrupto que a esquerda representa. Em suma, a História contribuiria para a instalação do “Comunismo” no país, regime esse que alegadamente visaria acabar com qualquer elemento “de bem” da sociedade, ao trazer consigo o fim da religião cristã, o aborto, e outros elementos imorais que devem ser banidos da nação.

E é a partir dessa percepção que os historiadores continuamente vêm recebendo ataques dessa parcela da população de maneira direta, seja através de compartilhamentos em redes sociais. Um dos exemplos destes ataques é de que o “cidadão de bem” deve aprender a História ensinada na escola pelos professores doutrinadores, e em um momento posterior, buscar aprender a História “verdadeira”, sem a contaminação da esquerda.¹ Assim, eventos como o golpe civil-militar de 1964 ganham status de “Revolução” por revisionistas, e situações como o massacre sofrido pelos povos originários desde a chegada europeia continente são relativizados ante a ideia da formação de uma nação cristã. Ao mesmo tempo, se legitimam politicamente as invasões às terras indígenas como algo necessário para o progresso da nação.

Portanto, se a reflexão em torno da utilidade da História para a sociedade faz parte da prática historiográfica de maneira cotidiana, realiza-la em um momento de crise, manifestada a partir de negacionismos e *fake News*, torna-se ainda mais necessária. Se é unânime na historiografia há ao menos um século que são as questões do presente que influenciam a construção de objetos de pesquisa por parte dos pesquisadores, nada mais natural que no momento em que a História enquanto disciplina é atacada, sua pertinência torne-se objeto de reflexões de uma maneira mais urgente. Nesse sentido, o livro “História: O que é, quanto vale, para que serve” busca trazer algumas destas reflexões. Ele foi organizado pelos professores Fabiano Coelho, Eudes Leite e Fernando Perli, todos da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), local onde, em outubro de 2018, ocorreu o XIV Encontro de História da ANPUH/MS, evento que deu a origem e o nome ao livro.

¹ Para a discussão sobre o status de “verdade” na História, sua validação por métodos e os limites da construção historiográfica, ver o clássico trabalho de PROUST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Como destaca a então presidente da ANPUH nacional, professora Joana Maria Pedro, na abertura do livro (07), normalmente a escolha dos temas dos encontros de História desta instituição são definidos dois anos antes de sua realização, ao fim dos encontros que o precedem. Ou seja, nesse caso, a escolha do tema do Encontro de História da ANPUH/MS de 2018 ocorreu no ano de 2016, o que demonstra que os ataques à disciplina ocorrem de maneira contínua há anos. A definição dessa temática, segundo a autora, não se deu apenas no Mato Grosso do Sul, ocorrendo também nos encontros de diversas outras seções regionais da ANPUH, cujos principais temas correram em torno de “democracias, Ensino de História, ameaças, utopias e violências”. Cabe ressaltar que o evento sul-mato-grossense, em específico, teve início dois dias após o primeiro turno das eleições de 2018, cujo resultado já indicava uma tendência de vitória a Jair Bolsonaro no segundo turno, o que se comprovou semanas depois. Esse fato ditou os ânimos e falas de alguns palestrantes principais, incluindo a da própria Joana Maria Pedro (08).

Assim, a história do livro em questão tem uma trajetória de cinco anos, entre 2016, ano da idealização do tema para o encontro de 2018, e 2021, ano de seu lançamento. Nos mais de dois anos ocorridos entre o encontro e a publicação, como se sabe, o país assistiu a posse do presidente Jair Bolsonaro e o início de uma pandemia de caráter global, tratada por este e por seus apoiadores não como uma questão de saúde pública, mas como uma cruzada política em torno do conceito de “liberdade”, aos moldes estadunidenses, que levou, até o momento de escrita dessa resenha, a aproximadas setecentas mil mortes documentadas. Como a pandemia teve início em março de 2020, ela é apenas mencionada em um ou outro texto da coletânea, sem análises aprofundadas das ações do governo federal em relação a ela, até então.

A exposição do contexto de surgimento do livro, e sua relação com o seu tempo, permite uma melhor compreensão de seus textos, das escolhas dos temas, e também dos historiadores convidados. Alguns não participaram do evento, mas, devido aos seus objetos de pesquisa, permitem trazer relevantes contribuições para o entendimento de nossa história recente. Os temas, como não podiam deixar de ser, tomam como métodos principais a Teoria da História, a História do Tempo Presente e a História Pública², em muitos casos dialogando com dois ou os três deles ao mesmo tempo. Ainda que não haja uma divisão deliberada dos capítulos em partes temáticas, é possível perceber confluências ao longo deles. Muitas vezes, inclusive, temas próximos estão elencados em sequência, dando-se uma sensação de continuidade.

Porém, antes de salientar estas divisões, cabe destacar o primeiro capítulo, “As tempestades que habitam os paraísos: reflexões em torno das utopias no mundo contemporâneo”, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior. O autor, em sua escrita poética e característica, dialoga com Walter Benjamin e chama a atenção para o cuidado que devemos ter enquanto historiadores para, ao estudarmos as violências do passado, não nos esquecermos de nos preocupar com as violências do presente. Neste sentido, ele responde aos que duvidam da utilidade da História, e dá um objeto proposital à profissão do historiador: a de denúncia dos problemas do presente, algo necessário para a conjuntura atual. De certa maneira, o propósito deste texto serve de guia aos demais que o sucedem.

² A História Pública, ao menos no Brasil, é uma temática recente, e sua discussão ainda é incipiente. Dentre os mais importantes trabalhos na área, ver: ALMEIDA, Juniele Rebelo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Os quatro próximos textos, por sua vez, entram na seara da História Pública, nas maneiras da divulgação histórica em tempos digitais e de expansão audiovisual dos meios de comunicação, das redes sociais, bem como nas maneiras de recepção e ressignificações dos conteúdos históricos divulgados por estes meios. O texto “Visitar os mortos, compreender a vida. Para quê serve a História?”, de Eudes Leite e Fabiano Coelho, é dividido em duas partes. Num primeiro momento, os autores realizam a trajetória da disciplina histórica no país desde o período imperial até o século XXI, destacando suas alterações em correlação com conjunturas históricas e historiográficas mundiais. Em um segundo momento, eles analisam que chamam de “O negacionismo como negócio” (42), tomando como objeto o grupo comercial “Brasil Paralelo”, que, destarte se apresentam como “apartidários e imparciais”, realizam um trabalho de revisionismo histórico que beneficia politicamente as direitas. Um dos exemplos, dentre outros, se dá no documentário “1964: entre armas e livros”, no qual, sem apresentar qualquer tipo de método que se aproxime de uma análise historiográfica, “critica a historiografia acadêmica, universitária, como se fosse ficção, sugerindo que os professores das universitárias seriam todos de esquerda, e não reconheceriam os méritos do golpe de 1964” (p46).

O negacionismo também é tema do texto de Sônia Meneses, “Negacionismo à brasileira: os desafios de pensar a História em tempos de pós-verdade”. A autora relaciona as redes sociais e as *fake News*, e como essas influenciam a compreensão do passado por parte de grupos sociais. Ao fim do texto, ela analisa algumas respostas a uma postagem da embaixada alemã do Brasil, que buscava esclarecer como o Nazismo era visto na Alemanha. A postagem, segundo Meneses, tornou-se um palco de disputa, com pessoas negando o holocausto, relativizando ações nazistas, igualando o Nazismo ao Comunismo, ou mesmo o questionamento se a Alemanha seria capaz de escrever a sua própria História.

Os dois textos seguintes, ainda no campo da História Pública, analisam meios de comunicação e sua divulgação da História para o grande público. Fernando Perli, em seu texto “A História e o público amplo: um ensaio sobre divulgação histórica no Brasil”, toma como fontes as revistas de História destinada às bancas de revista, que visavam uma divulgação historiográfica séria, porém, com textos acessíveis ao público não-especializado. O autor analisa a Revista de História da Biblioteca Nacional (RHBN), a Aventuras na História e a História Viva, concluindo que o diálogo e aprendizado mútuo entre historiadores e jornalistas pode ser um bom caminho para a realização dessa divulgação.

Já o texto de Edvaldo Correa Sotana, “História Pública, televisão, e a experiência *History*”, não é tão esperançoso quanto o anterior. Ao comparar o canal *History*, tanto no Brasil, quanto nos EUA, com experiências televisivas de História em outros países (especialmente na França), o autor demonstra que há por parte do canal uma falta de comprometimento com uma divulgação historiográfica mais séria, à maneira das revistas analisadas por Fernando Perli. A proposta *History* visa mais o entretenimento que um conhecimento mais “tradicional” e “professoral”, segundo as palavras do presidente da emissora. Como exemplo, o autor trata da polêmica envolvendo historiadoras profissionais, como Mary Del Priory e Isabel Lustosa, e Leandro Nardoch, criador da série “Guia politicamente incorreto da História do Brasil”, que as entrevistou sem esclarecer o objetivo do programa, e usaram suas falas fora de contexto. Nardoch, que tem boas relações com canais conservadores, já chamou

professores universitários de membros de “grupinhos ideológicos irrelevantes” (107).

O próximo eixo temático encaixa-se na “História do Tempo Presente”, privilegiando a História político-social. Vitor Wagner Neto de Oliveira, no texto “Movimentos sociais na contemporaneidade: o historiador e seu tempo”, analisa os movimentos sociais brasileiros desde o fim da década de 1970, suas alterações conjunturais, e sua relação com os governos democráticos a partir 1985, principalmente nos governos petistas, entre 2003 e 2016, momento no qual o envolvimento, inclusive na ocupação de cargos, se deu de maneira mais íntima. Mariana Esteves de Oliveira, por sua vez, no texto “Educação no tempo presente: cenário político e notícias do dia seguinte”, analisa primeiro ano de governo Bolsonaro, em um período ainda pré-pandêmico, a partir de notícias dos principais portais do país. A autora se atenta mais profundamente à questão da educação e dos projetos da extrema-direita para ela, que teriam se iniciado ainda no governo de Michel Temer, a partir do Teto de Gastos, que limitou um maior investimento em educação. Também está no campo de análise da autora os mandatos de Ricardo Vélez e Arthur Weintraub no Ministério da Educação, e os seus projetos de governo de desconsiderar a nomeação dos reitores eleitos por suas respectivas comunidades acadêmicas, e a nova resolução do MEC, de 2019, que alterou a formação dos professores sob uma perspectiva neoliberal.

Já Luís Carlos Castrillon Mendes, no texto “Narrativas ‘didatizadas’ da nação: memórias em disputa, identidades em conflito”, aproxima-se da História da Educação e do Ensino de História. O autor aponta um novo caminho para um ensino que vise formar uma nova identidade brasileira, fundada não mais na ideia colonizadora, que a fundou nos séculos XIX e XX, mas em uma educação que se atente às minorias sociais e que amplie a cidadania. O autor sustenta que, apesar de haver algumas determinações no PNLD e nas PCN’s, de 2015, que apontem para esse caminho, essa perspectiva ainda não se encontra nos livros didáticos.

O texto “Guerras culturais, neoconservadorismo e o tempo presente”, de Reinaldo Lindolfo Lohn, traz uma primorosa discussão, apoiada na História Cultural, do fenômeno que ele chama de neoconservadorismo. Para tal, ele reconstitui a História do conservadorismo desde seu surgimento, ao fim do século XVIII, suas apropriações ao longo do tempo, e privilegiando o século XX, a partir da História do surgimento do neoconservadorismo nos EUA, sua relação com o neoliberalismo, sua apropriação no Brasil, e sua acentuação desde o período Trump, estendendo-se para o Bolsonarismo. Se o texto de Durval Albuquerque serve como um guia para os demais, este texto age como um grande resumo panorâmico das questões centrais discutidas na coletânea. Não à toa, é o último texto do livro.

Reservamos o espaço final da nossa resenha para mencionar o texto da professora Marlene de Fáveri, “O Ensino e a pesquisa em História podem prescindir da categoria gênero para a análise social?” e tal escolha se dá por dois motivos. O primeiro é o seu destaque em relação aos demais, por ter pretensões claramente mais metodológicas, ao defender substancialmente o conceito de gênero não só para os estudos históricos, mas para todas as Ciências Humanas. O segundo motivo se deve à motivação de seu surgimento, afinal, ele foi escrito como uma resposta aos ataques intelectuais e no âmbito judicial sofrido pela autora em 2016, vindo de uma de suas orientandas de mestrado, que a denunciou por perseguição religiosa e doutrinação de gênero, pois a estudante não considerava necessário o uso de tal categoria para a realização de seu trabalho.

Marlene de Fáveri, então, utiliza sua experiência de vinte e sete anos trabalhando com o tema para explicar sua relevância. Nesse caso, em especial, portanto, o objeto do texto da autora não se dá apenas a partir da atual conjuntura atual do país, mas também, de um caso diretamente vivida por quem escreve. Infelizmente, neste caso, a professora sofreu pessoalmente os efeitos dos temas que formam o objeto principal de análise da coletânea: a violência política.

As eleições de 2022, a nível do poder executivo, tiraram o presidente Jair Bolsonaro do poder, a partir da vitória de Luís Inácio Lula da Silva para o cargo da presidência da República. Porém, o bolsonarismo, como um resumo das características da extrema-direita ultraconservadora, se mostrou um personagem político permanente. Essa constatação se dá não apenas na votação expressiva de Jair Bolsonaro, mas também na eleição de diversos dos bolsonaristas “raízes” no senado e na câmara federal. Por isso mesmo, as discussões do livro “História: o que é, quanto vale, para que serve”, continuam totalmente pertinentes para a compreensão das práticas de confronto, negacionismos — não apenas da História — e disseminação de *Fake News* por essa parcela da direita, e também para a compreensão de nossa atual conjuntura. Para além das análises e interpretações sobre a História do Tempo Presente, a Teoria da História e a História Pública, por fim, podemos afirmar que a força do livro também está na sua capacidade de apresentar diversas aplicabilidades teóricas e metodológicas para a inspiração e uso do leitor especializado, indicando novos caminhos para a escrita da História em tempos tão perigosos para a credibilidade da disciplina.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Juniele Rebelo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- PROUST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DEFENDER A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA EM
TEMPOS DE CRISE

Artigo recebido em 05/02/2023 • Aceito em 03/04/2023
Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado